Regimento Interno do Conselho Superior, uma vez que após a realização de diligências, ficou comprovado que houve o melhoramento das condições estruturais para o desenvolvimento do trabalho de médicos e cirurgiões dentistas no Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves". SUGERIU, ainda, que a Promotoria de Justiça de origem encaminhe ofício ao Ministério Público do Trabalho nos termos do voto da Conselheira Relatora.

3.2.3. Processo nº 000635-116/2013

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Ana Terezinha Moreira Bezerra

Origem:2º PJ de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto:Apurar denúncia de que a servidora municipal Ana Terezinha Moreira Bezerra, estaria acumulando até 03 (três) cargos remunerados no Município de Belém.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior, visto que apesar da comprovação de que a Sra. Ana Terezinha exerceu cargos públicos de maneira simultânea, tal fato cessou no ano de 2010 e ficou evidenciado que enquanto o acumulo ocorreu, havia compatibilidade de horários e por isso restou caracterizada mera irregularidade administrativa praticada pela mencionada servidora municipal.

Registrrou-se a presença, nos itens 3.2.1 ao 3.2.3, dos seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Leila Maria Marques de Moraes (relatora), Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame. Registrrou-se a presença, nos itens 3.2.2 e 3.2.3, da Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira Maria DA CONCEIÇÃO DE MATOS SOUSA:

3.3.1. Processo nº 000012-012/2020

Requerente(s):Promotora de Justiça Cynthia Graziela da Silva Cordeiro

Requerido(s):Conselho Superior do Ministério Público

Origem:Conselho Superior do Ministério Público

Assunto:Autos do processo de vitaliciamento da Promotora de Justiça Cynthia Graziela da Silva Cordeiro, previsto para 29/06/2020, nos termos do relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, pela CONFIRMAÇÃO na carreira da Promotora de Justiça CYNTHIA GRAZIELA DA SILVA CORDEIRO, na data de 29/06/2020, considerando que foram cumpridas as determinações legais, prescritas na Lei Federal nº 8.625/93 e na Lei Complementar Estadual nº 057/06, assim como na forma da Resolução nº 002/2008-MP/CSMP, com a atribuição da prerrogativa e da garantia Constitucional do Vitaliciamento, nos moldes do art. 128, §5º, I, "a", da Constituição Federal, na data acima mencionada, salvo fato novo interruptivo do prazo legal.

3.3.2. Processo nº 000043-151/2015

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA

Origem:2º PJ de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa Assunto:Apurar suposta conduta imprópria praticada pelo Delegado-Geral de Polícia Civil do Pará (PC/PA), Sr. Rilmar Firmino de Souza.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, devendo promover-se a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para os ulteriores de direito, em observância ao disposto na Súmula nº 002/2017-CSMP e Enunciado n.º 18 do CSMP/PA, por se tratar de questão já judicializada, uma vez que não compete ao Conselho Superior do Ministério Público rever procedimentos extrajudiciais que tenham sido objeto de ação ajuizada.

3.3.3. Processo nº 000001-150/2015

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Comércio & Distribuidora de Produtos LTDA

Origem:2º PJ de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto:Apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa Nacional Comércio e Distribuidora de Produtos LTDA para a prestação especializada de serviços de transporte à SUSIPE.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, devendo promover-se a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, para os ulteriores de direito, em observância ao disposto na Súmula nº 002/2017-CSMP e Enunciado n.º 18 do CSMP/PA, por se tratar de questão já judicializada, uma vez que não compete ao Conselho Superior do Ministério Público rever procedimentos extrajudiciais que tenham sido objeto de ação ajuizada.

Registrrou-se a presença, nos itens 3.3.1 ao 3.3.3, dos seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Leila Maria Marques de Moraes, Maria da Conceição de Mattos Sousa (relatora), Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame.

3.4. Processos de Relatoria da Conselheira DULCELINDA LOBATO PANTOJA:

3.4.1. Processo nº 001373-031/2020

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Defensoria de Pública do Estado do Pará

Origem:3º PJ de Santarém

Assunto:Averiguar sobre atendimento na Defensoria Pública do Estado do Pará em Santarém.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO, pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito e pela improcedência do Recurso interposto, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho

Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, uma vez que restou comprovado que não houve falhas no atendimento feito pela Defensoria Pública de Santarém à recorrente do arquivamento da Notícia de Fato analisada.

3.4.2. Processo nº 000156-200/2018

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Secretaria Municipal de Transportes de Ananindeua

Origem:2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais, Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto:Apurar a falta da publicação dos valores nos extratos dos contratos administrativos da Secretaria Municipal de Transporte de Ananindeua - SEMUTRAN.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, visto que a falta da publicação dos valores nos extratos dos contratos administrativos da Secretaria Municipal de Transporte de Ananindeua (SEMUTRAN) foi devidamente sanada com nova publicação.

3.4.3. Processo nº 002229-116/2013

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Origem:2º PJ de defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto:Apurar a regularidade da situação funcional da servidora pública Martha Regina de Almeida Santos, supostamente contratada da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE nº 057/2006, visto que a cessão da servidora pública Martha Santos, contratada pela ALEPA, à Prefeitura Municipal de Inhangapi foi sem ônus à ALEPA e apesar da falta de provas de exercício funcional efetivo pela servidora na Prefeitura mencionada, não houve a comprovação de quaisquer danos ao erário.

Registrrou-se a presença, nos itens 3.4.1 ao 3.4.3, dos seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Dulcelinda Lobato Pantoja (relatora) e Hamilton Nogueira Salame. Registrrou-se a presença, nos itens 3.4.2 e 3.4.3, das Conselheiras Leila Maria Marques de Moraes e Maria da Conceição de Mattos Sousa.

3.5. Processos de Relatoria do Conselheiro HAMILTON NOGUEIRA SALAME:

3.5.1. Processo nº 000010-012/2020

Requerente(s):Promotora de Justiça Paloma Sakalem

Requerido(s):Conselho Superior do Ministério Público

Origem:Conselho Superior do Ministério Público

Assunto:Autos do processo de vitaliciamento da Promotora de Justiça Paloma Sakalem, previsto para o dia 04/04/2020, nos termos do relatório da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

O Egrégio Conselho Superior DECIDIU, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, pela CONFIRMAÇÃO na carreira da Promotora de Justiça PALOMA SAKALEM, na data de 04/04/2020, considerando que foram cumpridas as determinações legais, prescritas na Lei Federal nº 8.625/93 e na Lei Complementar Estadual nº 057/06, assim como na forma da Resolução nº 002/2008-MP/CSMP, com a atribuição da prerrogativa e da garantia Constitucional do Vitaliciamento, nos moldes do art. 128, §5º, I, "a", da Constituição Federal, na data acima mencionada, salvo fato novo interruptivo do prazo legal.

3.5.2. Processo nº 000123-012/2017

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Prefeitura Municipal de Redenção

Origem:2º PJ de Redenção

Assunto:Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Redenção.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da promoção de arquivamento do feito, devendo promover-se a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem onde deverão ser arquivados, em observância ao disposto na Súmula nº 002/2017-CSMP, por se tratar de questão já judicializada, sem necessidade de revisão por este Conselho Superior.

3.5.3. Processo nº 000325-383/2018

Requerente(s):Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s):Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia

Origem:PJ de São Geraldo do Araguaia

Assunto:Investigar o funcionamento do matadouro local e dos açougues da cidade, bem como averiguar a qualidade da carne consumida pela população.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator e com base no art. 8º, VII do Regimento Interno do CSMP, art. 57 da LC nº 057/2006 e, também, em atenção ao Enunciado 22/2019-CSMP, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e pela consequente remessa dos presentes autos à Secretaria deste Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para que proceda a DEVOLUÇÃO DOS AUTOS à PROMOTORIA DE ORIGEM, onde deve ser dado cumprimento ao enunciado mencionado.

Registrrou-se a presença, nos itens 3.5.1 ao 3.5.3, dos seguintes Membros: Gilberto Valente Martins, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público; os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Leila Maria Marques de Moraes, Maria da Conceição de Mattos Sousa, Dulcelinda Lobato Pantoja e Hamilton Nogueira Salame (relator).

4. Comunicação de Vagas.

O Egrégio Conselho Superior TOMOU CONHECIMENTO das vagas apresentadas pelo Exmo. Conselheiro Secretário, Dr. Waldir Macieira da Costa Filho e DETERMINOU a abertura de edital para os seguintes cargos: